

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas das Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 07 de março de 2016.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
	2015	2014			
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	205.272	144.656	CIRCULANTE	263.316	299.067
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	1.893	2.439	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 18d)	6.015	5.363
Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 17a)	163.369	111.000	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 13d)	25.330	21.590
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 18c)	31.891	23.661	Obrigações por Recompra de Ações (Nota 10)	231.971	272.042
Valores a Receber (Nota 7)	8.119	7.556	Outras Obrigações (Nota 11)	-	72
NÃO CIRCULANTE	3.905.460	3.520.587	NÃO CIRCULANTE	1.702.867	1.224.078
Realizável a Longo Prazo	135.523	129.371	Provisão para Riscos Fiscais (Nota 12b)	130.283	102.393
Depósitos Judiciais	114.021	91.616	Obrigações por Recompra de Ações (Nota 10)	341.543	415.699
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 18c)	21.502	8.637	Outras Obrigações (Nota 11)	1.231.041	705.986
Empréstimos e Recebíveis (Nota 6)	-	29.118	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.144.549	2.142.098
Investimentos (Nota 8)	3.760.711	3.381.990	Capital Social (Nota 13a)	1.700.000	1.545.613
Intangível (Nota 9)	9.226	9.226	Reservas de Lucros (Nota 13c)	1.730.881	1.836.434
TOTAL	4.110.732	3.665.243	Reserva de Capital	179.251	133.522
			Outros Resultados Abrangentes	(43.415)	19.279
			Ações em Tesouraria (Nota 13e)	(1.422.168)	(1.392.750)
			TOTAL	4.110.732	3.665.243

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro			Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014		2015	2014
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	328.634	355.226	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 8)	522.627	476.039	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	328.634	355.226
Resultado com Ativos/Passivos Financeiros (Nota 16)	(164.068)	(106.401)	Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Despesas Tributárias (Nota 14)	(26.161)	(14.203)	Resultado de Equivalência Patrimonial	(522.627)	(476.039)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 15)	(3.764)	(209)	Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras	172.026	108.722
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	328.634	355.226	Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	(21.967)	(12.091)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 18a)	-	-	(Aumento)/Redução em Ativos	(10.838)	(17.129)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	328.634	355.226	Aumento/(Redução) em Obrigações	9.334	9.160
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 13b)	1,06	1,15	Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(23.471)	(20.060)
Lucro básico por ação atribuído aos acionistas (Nota 13b)	1,06	1,15	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
			Aquisição de Investimentos	(71.782)	(78.195)
			Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	111.000	90.271
			Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	39.218	12.076
			Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
			Contrato de Mútuo	415.000	111.000
			(Aquisição)/Alienação de Ações em Tesouraria	(159.703)	(82.342)
			Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(271.590)	(18.785)
			Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	(16.293)	9.873
			(Redução)/Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(546)	1.889
			Início do Exercício	2.439	550
			Fim do Exercício	1.893	2.439
			(Redução)/Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(546)	1.889

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Lucro Líquido do Exercício	328.634	355.226
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(62.694)	22.070
Resultado Abrangente do Exercício	265.940	377.296

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais								
Eventos	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Totais
			Legal	Estatutária				
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.545.613	-	91.743	1.487.754	(2.791)	(1.221.041)	-	1.901.278
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	22.070	-	355.226	355.226
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	22.070
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	377.296
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	(72.889)	-	(439.140)	-	(439.140)
Alienação de Ações em Tesouraria	-	133.522	-	312.065	-	267.431	-	328.064
Destinações: - Reservas	-	-	17.761	-	-	-	(329.826)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	-	-	-	-	-	(25.400)	(25.400)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.545.613	133.522	109.504	1.726.930	19.279	(1.392.750)	-	2.142.098
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	328.634	328.634
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(62.694)	-	-	(62.694)
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	265.940
Aumento de Capital com Reservas	154.387	-	-	(154.387)	-	-	-	-
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(422.650)	-	(422.650)
Alienação de Ações em Tesouraria	-	45.729	-	-	-	393.232	-	438.961
Destinações: - Reservas	-	-	16.432	282.402	-	-	(298.834)	-
- Dividendos Pagos/Juros sobre o Capital Próprio Provisionados	-	-	-	(250.000)	-	-	(29.800)	(279.800)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.700.000	179.251	125.936	1.604.945	(43.415)	(1.422.168)	-	2.144.549

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BBD Participações S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital social do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), e/ou de outras sociedades que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do capital social daquela Instituição. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 07 de março de 2016.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, que incluem os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para a contabilização das operações, quando aplicáveis. As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades e aplicações em fundos de investimento, cujos vencimentos das operações, na data da efetiva aplicação, são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem riscos insignificantes de mudança de valor justo e são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Utilizando o método da taxa efetiva de juros, estão apresentados na Nota 6.

(ii) Classificação por nível hierárquico

Os ativos financeiros, foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

d) Valores a receber

Os valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções ao valor recuperável. A composição dos valores a receber estão apresentados na Nota 7.

e) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e controladas são eliminados na medida da participação da empresa e perdas não realizadas, também, são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do investimento. A composição dos investimentos em coligadas e controladas estão apresentados na Nota 8.

f) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassa 20 anos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

Na data de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados. Caso existam tais indícios, os ativos intangíveis são analisados para avaliar se seu valor contábil pode ser recuperado por completo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.

Ágio (Goodwill)

O ágio é originado no processo de aquisição de coligadas e controladas. O ágio representa o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma coligada ou controlada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Ativos Intangíveis" e o ágio da aquisição de coligadas é incluído no valor dos investimentos de coligadas. A composição dos ativos intangíveis estão apresentados na Nota 9.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Companhia, avalia anualmente, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e, esta podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2015 e de 2014, não houve perdas por *impairment*.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e, também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos, que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 12b.

i) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 13b.

(ii) Juros sobre o capital próprio a pagar

A distribuição de juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo do juros sobre o capital próprio está demonstrado na Nota 13d.

j) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

Adespa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido, proveniente de ativos e passivos fiscais reconhecidos na demonstração do resultado. As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente, instituído pela Lei nº 12.973/14.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 18.

k) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

l) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

m) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 19.

4) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Bradesco e da Bradespar S.A. ("Bradespar"), os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2

Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3

Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Depósito bancário	5	8
Fundos de investimentos financeiros (1)	1.888	2.431
Total	1.893	2.439

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização ou sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

6) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

Referem-se a operações compromissadas com lastro em Debêntures, emitidas pela Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Bradesco Leasing"), a taxa de 100% do DI, com vencimento para dezembro de 2016, mas resgatadas na totalidade em dezembro de 2015.

7) VALORES A RECEBER

Refere-se a contratos de mútuo, no montante de R\$ 8.119 (2014 - R\$ 7.556), atualizados pela taxa SELIC.

continua...

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BBD PARTICIPAÇÕES S/A	7
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPAÇÕES S.A.	5
TITANIUM HOLDINGS S.A.	3



Diário Oficial

Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 126 • Número 72
São Paulo, terça-feira, 19 de abril de 2016

Página 7

Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

8) INVESTIMENTOS

- a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial do investimento foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a R\$ 522.627 (2014 - R\$ 476.039); e
b) A composição do Investimento está demonstrada a seguir:

Empresa	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)	Participação no capital social %	Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
						2015	2014	2015	2014
Nova Cidade de Deus Participações S.A. (1)	6.800.000	14.424.458	2.042.498	153.838	26,07	3.760.711	3.381.990	522.627	476.039
Total						3.760.711	3.381.990	522.627	476.039

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015; e
(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais da investida não decorrente de resultado, bem como ajustes na avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis.

9) INTANGÍVEL

O intangível corresponde ao ágio de R\$ 9.226 (2014 - R\$ 9.226), fundamentado na mais-valia de ações, que é a diferença entre o valor de mercado e o respectivo valor contábil, sendo decorrente da participação na Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Nova Cidade"). Os testes de recuperabilidade dos ativos (*impairment*) são feitos anualmente, não havendo perdas a ser reconhecida.

10) OBRIGAÇÕES POR RECOMPRA DE AÇÕES

Obrigações por Recompria de Ações, no Passivo Circulante, no montante de R\$ 231.971 (2014 - R\$ 272.042) e no Passivo não Circulante, no montante de R\$ 341.543 (2014 - R\$ 415.699), referem-se ao saldo pela aquisição de ações de própria emissão, mantidas em tesouraria.

11) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Referem-se, basicamente, a contratos de mútuo, no montante de R\$ 1.231.041 (2014 - R\$ 705.986), acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI. Adicionalmente, ocorreu o aditamento do Instrumento Particular de Contrato de Mútuo, alterando o vencimento para março de 2018, mantendo as condições do referido Instrumento inalteradas e em pleno vigor.

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. O principal processo refere-se a não inclusão na base de cálculo do PIS e da COFINS, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida. A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

I - Movimentação das provisões

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
No início do período	102.393	83.546
Atualizações monetárias	6.424	6.324
Constituição	21.466	12.523
No final do período	130.283	102.393

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 2015 e 2014, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Ordinárias	88.469.953	97.168.566
Preferenciais	120.312.424	113.703.254
Subtotal - ações em circulação	208.782.377	210.871.820
Em tesouraria (ordinárias)	87.736.346	79.037.733
Em tesouraria (preferenciais)	12.558.187	19.167.357
Total do capital social em ações	309.076.910	309.076.910

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, de 30 de abril de 2015, deliberou-se aumentar o capital social, no montante de R\$ 154.387, elevando-o de R\$ 1.545.613 para R\$ 1.700.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária para Aumento de Capital".

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, em 31 de dezembro de 2015, foi de R\$ 1,06 (2014 - R\$ 1,15), baseado na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, conforme cálculos a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	328.634	355.226
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	309.077	309.077
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais)	1,06	1,15

c) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e

(iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassar o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

d) Juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem a seus detentores todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo Estatuto Social no reembolso do capital e adicional de 10% (dez por cento) de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício de 2015, está demonstrado a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício	328.634	
Reserva legal	(16.432)	
Base de cálculo	312.202	
Juros sobre o capital próprio (bruto) em 2015	29.800	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio - 15%	(4.470)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) em 2015	25.330	8,1
Juros sobre o capital próprio (líquido) em 2014	21.590	6,4

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo.

e) Ações em tesouraria

Até 31 de dezembro de 2015, foram adquiridas e permanecem em tesouraria 87.736.346 (2014 - 79.037.733) ações ordinárias e 12.558.187 (2014 - 19.167.357) ações preferenciais, no montante de R\$ 1.422.168 (2014 - R\$ 1.392.750).

Em 2015, foram alienadas ações em tesouraria, no montante de R\$ 438.961 (2014 - R\$ 328.064), que gerou lucro de R\$ 45.729 (2014 - R\$ 60.633).

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Presidente	Membros	Diretoria
Lázaro de Mello Brandão	Denise Aguiar Alvarez João Aguiar Alvarez	Diretor-Presidente Lázaro de Mello Brandão
Vice-Presidente Luiz Carlos Trabuco Cappi	Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Milton Matsumoto José Alcides Munhoz Aurélio Conrado Boni	Diretores Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Milton Matsumoto Diretor Vice-Presidente Luiz Carlos Trabuco Cappi
	Domingos Figueiredo de Abreu Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente Alexandre da Silva Glúher José Augusto Pancini Maurício Machado de Minas Marcelo de Araújo Noronha	

Marcos Aparecido Galende
Contador CRC 1SP201309/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

BBD Participações S.A.
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BBD Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avalia-

ção dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BBD Participações S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 14 de abril de 2016



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

A Imprensa Oficial com o objetivo de valorizar o professor, passa a conceder desconto* de 40% em suas livrarias, Livraria Virtual (www.imprensaoficial.com.br/livraria) e Livraria XV de Novembro (Rua XV de Novembro, 318) a todos docentes da rede pública estadual e municipal do Estado de São Paulo, mediante apresentação de vínculo empregatício.

*desconto sobre preço de capa para os livros editados ou coeditados pela Imprensa Oficial

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 07 de março de 2016.

Conselho de Administração e Diretoria

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas das Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2015	2014	2015	2014
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE	205.272	144.656	CIRCULANTE	263.316
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	1.893	2.439	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 18d).....	6.015
Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 17a).....	163.369	111.000	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 13d).....	25.330
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 18c).....	31.891	23.661	Obrigações por Recuperação de Ações (Nota 10).....	1.231.041
Valores a Receber (Nota 7).....	8.119	7.556	Outras Obrigações (Nota 11).....	-
NÃO CIRCULANTE	3.905.460	3.520.587	NÃO CIRCULANTE	1.702.867
Realizável a Longo Prazo.....	135.523	129.371	Provisão para Riscos Fiscais (Nota 12b).....	130.283
Depósitos Judiciais.....	114.021	91.616	Obrigações por Recuperação de Ações (Nota 10).....	341.543
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 18c).....	21.502	8.637	Outras Obrigações (Nota 11).....	1.231.041
Empréstimos e Recebíveis (Nota 6).....	-	29.118	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.144.549
Investimentos (Nota 8).....	3.760.711	3.381.990	Capital Social (Nota 13a).....	1.700.000
Intangível (Nota 9).....	9.226	9.226	Reservas de Lucros (Nota 13c).....	1.730.881
TOTAL	4.110.732	3.665.243	Reserva de Capital.....	179.251
			Outros Resultados Abrangentes.....	(43.415)
			Ações em Tesouraria (Nota 13e).....	(1.422.168)
			TOTAL	4.110.732
				3.665.243

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	328.634	355.226
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 8).....	522.627	476.039
Resultado com Ativos/Passivos Financeiros (Nota 16).....	(164.068)	(106.401)
Despesas Tributárias (Nota 14).....	(26.181)	(14.503)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 15).....	(3.764)	(209)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	328.634	355.226
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 18a).....	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	328.634	355.226
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 13b).....	1,06	1,15
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 13b).....	1,06	1,15

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Lucro Líquido do Exercício	328.634	355.226
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	(62.694)	22.070
Resultado Abrangente do Exercício	265.940	377.296

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:	328.634	355.226
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	(522.627)	(476.039)
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	172.026	108.722
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras.....	(21.967)	(12.091)
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	(10.838)	(17.129)
(Aumento/Redução) em Ativos.....	9.334	9.182
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	(23.471)	(20.060)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:	(71.782)	(78.195)
Aquisição de Investimentos.....	111.000	90.271
Juros sobre o Capital Próprio Recebido.....	39.218	12.076
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	77.228	12.076
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:	415.000	111.000
Contrato de Mútuo.....	(159.703)	(82.342)
(Aquisição)Alienação de Ações em Tesouraria.....	(271.590)	(18.785)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	(16.293)	9.873
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamento	(546)	1.889
(Redução/Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa).....	2.439	530
Início do Exercício.....	1.893	2.439
Final do Exercício	(546)	1.889

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reserva de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária				
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.545.613	91.743	1.487.754	(2.791)	(1.221.041)	-	1.901.278
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	22.070	-	355.226	355.226
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	-	22.070	22.070
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	377.296	377.296
Aquisição de Ações em Tesouraria.....	-	-	-	-	(439.140)	-	(439.140)
Alienação de Ações em Tesouraria.....	133.522	-	(72.889)	-	267.431	-	328.064
Destinações - Reservas.....	-	17.761	312.065	-	-	(329.826)	(25.400)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	-	-	-	-	-	(25.400)	(25.400)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.545.613	133.522	1.09.504	19.279	(1.392.750)	25.400	2.142.098
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	1.726.930	-	-	328.634	328.634
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	(62.694)	-	-	(62.694)
Resultados Abrangentes do Exercício	154.387	-	-	-	-	-	265.940
Aumento de Capital com Reservas.....	-	-	(154.387)	-	-	-	-
Aquisição de Ações em Tesouraria.....	-	-	-	-	(422.650)	-	(422.650)
Alienação de Ações em Tesouraria.....	45.729	-	282.402	-	393.232	-	438.961
Destinações - Reservas.....	-	16.432	-	-	-	(298.834)	-
Dividendos Pagos/Juros sobre o Capital Próprio Provisões.....	-	-	(250.000)	-	-	(29.800)	(279.800)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.700.000	179.251	125.936	(43.415)	(1.422.168)	-	2.144.549

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A BBD Participações S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital social do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), e/ou de outras sociedades que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do capital social daquela Instituição.
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 07 de março de 2016.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, que incluem os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para a contabilização das operações, quando aplicáveis.
As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.
b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades e aplicações em fundos de investimento, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem riscos insignificantes de mudança de valor justo e são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.
c) Instrumentos financeiros
(i) Classificação dos ativos financeiros
Empréstimos e recebíveis
Os empréstimos e recebíveis são ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Utilizando o método da taxa efetiva de juros, estão apresentados na Nota 6.
(ii) Classificação por nível hierárquico
Os ativos financeiros, foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.
d) Valores a receber
Os valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções ao valor recuperável. A composição dos valores a receber estão apresentados na Nota 7.
e) Investimentos
Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e controladas são eliminadas na medida da participação da empresa e perdas não realizadas, também, são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (impairment) do investimento. A composição dos investimentos em coligadas e controladas estão apresentados na Nota 8.
f) Ativos intangíveis
Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassa 20 anos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Os ativos de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados. Caso existam tais indícios, os ativos intangíveis são analisados para avaliar se seu valor contábil pode ser recuperado por completo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.
Ágio (Goodwill)
O ágio é originado no processo de aquisição de coligadas e controladas.
O ágio representa o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma coligada ou controlada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Ativos Intangíveis" e o ágio da aquisição de coligadas é incluído no valor dos investimentos de coligadas. A composição dos ativos intangíveis estão apresentados na Nota 9.
g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
A Companhia, avalia anualmente, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e, esta podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por impairment. Nos exercícios de 2015 e de 2014, não houve perdas por impairment.
h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e, também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:
• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos, que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. Detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 12b.

8) INVESTIMENTOS
a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial do investimento foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a R\$ 522.627 (2014 - R\$ 476.039); e
b) A composição do investimento está demonstrada a seguir:

Empresa	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)	Participação no capital social %	Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
						2015	2014	2015	2014
Nova Cidade de Deus Participações S.A. (1).....	6.800.000	14.424.458	2.042.498	153.838	26,07	3.760.711	3.381.990	522.627	476.039
Total						3.760.711	3.381.990	522.627	476.039

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015; e
(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais da investida não decorrente de resultado, bem como ajustes na avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis.

9) INTANGÍVEL
O intangível corresponde ao ágio de R\$ 9.226 (2014 - R\$ 9.226), fundamentado na maior-valor de ações, que é a diferença entre o valor de mercado e o preço valor contábil, sendo decorrente da participação na Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Nova Cidade"). Os testes de recuperabilidade dos ativos (impairment) são feitos anualmente, não havendo perdas a ser reconhecida.

10) OBRIGAÇÕES POR RECOMPRA DE AÇÕES
Obrigações por Recuperação de Ações, no Passivo Circulante, no montante de R\$ 231.971 (2014 - R\$ 272.042) e no Passivo não Circulante, no montante de R\$ 341.543 (2014 - R\$ 415.099), referem-se ao saldo pela aquisição de ações de própria emissão, mantidas em tesouraria.

11) OUTRAS OBRIGAÇÕES
Referem-se, basicamente, a contratos de mútuo, no montante de R\$ 1.231.041 (2014 - R\$ 705.986), acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI. Adicionalmente, ocorreu o aditamento do Instrumento Particular de Contrato de Mútuo, alterando o vencimento para março de 2018, mantendo as condições do referido Instrumento inalteradas e em pleno vigor.

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS
a) Ativos contingentes
Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.
b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. O principal processo refere-se a não inclusão na base de cálculo do IPI e do ICMS, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida. A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.
1 - Movimentação das provisões

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
No início do período.....	102.393	83.546
Atualizações monetárias.....	6.424	6.324
Constituição.....	21.469	12.523
No final do período.....	130.283	102.393

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetuado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 2015 e 2014, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Composição do capital social em ações
O capital social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Ordinárias.....	86.469.953	97.168.566
Preferenciais.....	120.312.424	113.703.254
Subtotal - ações em circulação	206.782.377	210.871.820
Em tesouraria (ordinárias).....	87.736.346	79.037.733
Em tesouraria (preferenciais).....	12.558.187	19.167.357
Total do capital social em ações	309.076.910	309.076.910

b) Lucro por ação básico
O cálculo do lucro por ação básico, em 31 de dezembro de 2015, foi de R\$ 1,06 (2014 - R\$ 1,15), baseado na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, conforme cálculos a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	328.634	355.226
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares).....	309.077	309.077
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais).....	1,06	1,15

c) Reservas de lucros
(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;
(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e submetida ao Conselho Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e
(iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

d) Juros sobre o capital próprio
Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.
As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem a seus detentores todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo Estatuto Social no reembolso do capital e adicional de 10% (dez por cento) de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos.
O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício de 2015, está demonstrado a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Lucro líquido do exercício	328.634	355.226
Reserva legal.....	(16.432)	-
Base de cálculo	312.202	355.226
Juros sobre o capital próprio (bruto) em 2015.....	29.800	29.800
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio - 15%.....	(4.470)	-
Juros sobre o capital próprio (líquido) em 2015	25.330	29.800
Juros sobre o capital próprio (líquido) em 2014	21.590	8,1
		6,4

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo.

e) Ações em tesouraria
Até 31 de dezembro de 2015, foram adquiridas e permanecem em tesouraria 87.736.346 (2014 - 79.037.733) ações ordinárias e 12.558.187 (2014 - 19.167.357) ações preferenciais, no montante de R\$ 1.422.168 (2014 - R\$ 1.392.750).
Em 2015, foram alienadas ações em tesouraria, no montante de R\$ 438.961 (2014 - R\$ 328.064), que gerou lucro de R\$ 45.729 (2014 - R\$ 60.633).

